

TEMPO DE REVOLUÇÃO

MARÇO DE 2023 - R\$ 5,00 - CONTRIBUA: PIX@MARXISMO.ORG.BR

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 26

#REVOGA NOVO ENSINO MÉDIO



EDITORIAL



Todos ao combate pela revogação do Novo Ensino Médio

Decretado via Medida Provisória por Temer em 2016, aprovado pelo Congresso Nacional em 2017, e com implementação iniciada por Bolsonaro em 2022, o Novo Ensino Médio é um ataque brutal à educação pública, que tem gerado revolta entre estudante e professores pelo país.

A Esquerda Marxista, que desde o início se colocou contra esta reforma, está em combate para pô-la abaixo, coletando adesões ao abaixo-assinado lançado pelo mandato do deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ), que já conta com mais de 100 mil assinaturas pela revogação do Novo Ensino Médio (ver entrevistas com Glauber Braga nas páginas 4 e 5). É

preciso avançar na organização de comitês de luta e em mobilizações unificadas para conquistar a revogação total e imediata deste ataque.

O que está por trás do Novo Ensino Médio

As mudanças no Ensino Médio foram propagandas pelos governos Temer e Bolsonaro como inovadoras, um salto na qualidade da educação, que dariam ao aluno a liberdade para escolher a área que tem mais interesse de estudar, além de possibilitar uma formação profissional e tecnológica. A escola, assim, se tornaria mais atrativa para os jovens. Um sonho.

No entanto, a realidade é que as mudanças resultam

em maior restrição do acesso da juventude ao conhecimento geral, ampliação das desigualdades entre escolas públicas e privadas, avanço da iniciativa privada na educação pública, uma formação profissional precária nas escolas para trabalhos precarizados, disseminação do Ensino a Distância (EaD), piores condições de trabalho e perda de postos de trabalho para os professores.

Estiveram diretamente envolvidos na formulação da proposta do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2018, a Fundação Lemann (de Jorge Lemann, o homem mais rico do Brasil), o Instituto Unibanco, a Fundação Itaú, o Instituto Natura, entre outros. Sua implementação

tem sido financiada pelo Banco Mundial. Isso tudo só evidencia que esta reforma está a serviço do capital e é parte de uma ofensiva internacional do imperialismo sobre a educação.

As armadilhas dos “itinerários formativos”

Uma das “inovações” da reforma é a introdução dos chamados itinerários formativos. Essa é a parte da carga horárias que o estudante escolhe para se aprofundar. Seriam cinco itinerários segundo a Lei aprovada: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplica-

das; V - formação técnica e profissional.

Estes itinerários são um “vale tudo”, sem disciplinas ou conteúdos definidos. Daí surgiram relatos de disciplinas exóticas em escolas, tais como: “O que rola por aí”, “RPG”, “Mudo Pets SA”, “Brigadeiro caseiro” etc.

Apesar de serem cinco itinerários disponíveis, uma escola é obrigada a fornecer apenas um itinerário. Ou seja, um estudante pode ter interesse no itinerário “ciências humanas e sociais aplicadas”, mas sua escola pode oferecer apenas o itinerário “formação técnica e profissional”. Então, ou ele se enquadra no que tem, ou terá que buscar vaga em uma outra escola que ofereça o itinerário que deseja.

EXPEDIENTE

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Jonathan Vitorio
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

Comitê de Redação: André Mainardi, Bruna dos Reis, Flávio Reis, Francine Hellmann, Mariana Rosa, Michel Silva, Michelle Vasconcellos e Rafael Prata

Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE
REVOLUÇÃO

Estes itinerários são a precarização total da educação. Apesar de incluir o itinerário “formação técnica e profissional”, isso nada tem a ver com as escolas técnicas tradicionais que incluíam 2,4 mil horas de conteúdo geral, para além do ensino técnico profissional, que também, em geral, é bem mais sério do que tem surgido nesses itinerários. A formação profissional do Novo Ensino Médio, na maioria das escolas públicas do país, no máximo será formação de uma mão de obra precária para um mercado de trabalho precarizado e desregulamentado. Por isso, surgem as matérias que incentivam o emprendedorismo individual como “Brigadeiro caseiro”.

Cerceando o acesso ao conhecimento

Um ataque central da reforma é a transformação das disciplinas tradicionais (Português, Matemática, História, Geografia, Física, Biologia, Química, Filosofia, Sociologia, Artes, Língua Estrangeira - inglês ou espanhol - e Educação Física) em “áreas do conhecimento”, divididas em 4: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. Com essa mudança, apenas Português, Matemática e Inglês seriam disciplinas obrigatórias nos três anos do Ensino Médio. E as demais disciplinas? Em tese estariam englobadas nas tais “áreas do conhecimento”, podendo ou não se manter como disciplinas com seus nomes tradicionais, o que interessa para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2018 – após a reforma – é o aluno atingir determinadas metas de habilidades e competê-

cias em cada área, secundarizando o conteúdo a ser abordado em cada disciplina e em cada etapa.

De qualquer forma, o Novo Ensino Médio significará uma redução da carga horária do conteúdo comum obrigatório. Se antes da reforma a carga horária mínima nos três anos de Ensino Médio deveria somar 2,4 mil horas com as disciplinas tradicionais, com a mudança, a carga horária máxima total do conteúdo comum obrigatório é de 1,8 mil horas. E, atenção, a lei estabelece uma carga horária máxima, mas não uma carga horária mínima para as áreas englobadas pela BNCC. Ao mesmo tempo, ela estabelece um aumento da carga horária mínima geral para o Ensino Médio, passando de 2,4 mil horas para 3 mil horas, isso significa que, no mínimo, 1,2 mil horas seriam destinadas aos famigerados itinerários formativos e 1,8 mil horas no máximo para o conteúdo comum obrigatório.

Nós defendemos que os jovens tenham o mais amplo acesso ao conjunto do conhecimento conquistado pela humanidade. O Novo Ensino Médio faz com que o estudante tenha que optar por um itinerário ou se contentar com o que tem na sua escola, em detrimento do acesso ao conjunto das áreas do conhecimento humano. Se a escola pública tinha problemas antes, a reforma não melhora nada, ao contrário, só piora.

Aavanço da privatização na educação pública

Uma parcela do Ensino Fundamental e Médio oferecido no país já está nas mãos das empresas privadas de educação. Mas aí ainda está um amplo mercado a ser explorado. O Novo Ensino Médio irá sucatear

ainda mais a educação pública, ampliando a pressão para que os pais que têm alguma condição financeira, enviem os filhos para uma escola privada, que tem melhores condições de se adequar às mudanças no ensino médio.

Além disso, a implementação na rede pública do Novo Ensino Médio tem significado o avanço da entrada das empresas privadas de educação, através de convênios e parcerias público-privadas com os governos.

No Paraná, por exemplo, o governo de Ratinho Jr. começou em 2022 a terceirizar aulas a distância para a Unicesumar, uma empresa privada de educação que embolsou R\$ 38,4 pela parceria. As aulas gravadas provocaram uma revolta generalizada entre os estudantes no ano passado, em várias escolas houve protestos em que os jovens se recusaram a assistir às aulas. Alguns cartazes diziam: “Televisão eu assisto em casa” e “Queremos professor em sala de aula”.

O Ensino a Distância é uma ferramenta para reduzir os custos tanto no ensino público quanto no privado. Ela substitui vários professores que ministrariam a aula presencialmente com acompanhamento de cada aluno, por um único professor que grava uma aula e ela é transmitida para vários estudantes. Não somos contra o uso de novas tecnologias para o ensino, mas a EaD tem o objetivo fundamental de baixar custos com rebaixamento da qualidade do ensino.

Escola de Tempo Integral, para quem?

Um dos pontos do Novo Ensino Médio é o avanço em direção ao Projeto de Ensino Integral (PEI). Em tese, seria um sonho ter

uma escola integral, que possibilitasse o múltiplo desenvolvimento da juventude, nas artes, nas línguas, na ciência e no desenvolvimento físico, sem precisar de vestibulares para entrar e sem ter que se preocupar em trabalhar para ajudar em casa ou para se bancar estudando. Com material, uniforme e alimentação gratuita e para todos. Com laboratórios interativos, incentivo à pesquisa, bibliotecas robustas, visitas e viagens técnicas, salas confortáveis, inclusivas e salubres.

Com profissionais bem qualificados, bem remunerados e em abundância para atender a 15 estudantes por sala. Mas isso não tem nada a ver com a escola integral da realidade.

Na prática, o PEI mantém a escola sucateada e os estudantes enfurnados na escola o dia inteiro com toda a falta de conteúdo que já explicamos. Além disso, na realidade concreta, sem bolsas de estudo, o ensino integral obrigatório fará com que muitos estudantes tenham que escolher entre ir para a escola ou ir trabalhar. A necessidade de sobrevivência falará mais alto, e isso só poderá provocar o aumento da evasão escolar.

O impacto da reforma para os professores

Os professores são diretamente atingidos pela reforma, tendo que cortar conteúdo pela redução da carga horária de suas disciplinas ou tendo que dar aulas sobre temas que não têm capacitação.

A reforma é um ataque geral à carreira de professor. Introduz-se a possibilidade de contratação de profissionais com “notório saber” para dar aulas nos tais itinerários. Ou seja, profissio-

nais sem formação como professor e com subjetivos critérios para caracterizar o “notório saber”.

A ampliação do Ensino a Distância, além da redução de carga horária das disciplinas comuns obrigatórias, só pode provocar a redução dos postos de trabalho e elevar o desemprego na categoria.

Organizar o combate pela revogação

Por todo o exposto, resta claro que essa reforma precisa ser inteiramente e imediatamente revogada. Não tem como ser aperfeiçoadas ou revisadas.

Notícias recentes de jornais afirmam que o “Governo Lula descarta revogar reforma do ensino médio, mas quer rever falhas” (Folha de S. Paulo, 28/02/2023). Camilo Santana, ministro da Educação, declarou: “Falar em revogação sem aprofundar o debate sobre quais elementos problemáticos e as promessas não cumpridas não seria justo com nossos jovens e não nos ajuda a avançar. Defendemos a retomada do diálogo democrático sobre o sentido do Ensino Médio e sobre como podemos, juntos e com a prudência necessária, entregar a melhor escola”. Enquanto isso, a CNTE e a UBES não mobilizam professores e estudantes pela revogação da reforma, restringem-se a posicionamentos formais e negociações com o governo.

Este é um combate central, há uma ampla indignação e disposição de luta na base. É preciso organizar e mobilizar, ampliar as adesões ao abaixo-assinado pela revogação, constituir comitês de luta que organizem os próximos passos. É possível vencer! Ao combate!



Deniel Mello, Agência Brasil

JUVENTUDE



Entrevista com Glauber Braga: Mobilizar, organizar e pressionar pela revogação do Novo Ensino Médio

A Liberdade e Luta e a Esquerda Marxista estão em campanha de frente única junto ao mandato de Glauber Braga (PSOL-RJ) pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM). Em entrevista exclusiva para o Tempo de Revolução, Glauber discute com nossa militância, apoiadores e assinantes pontos fundamentais sobre o enfrentamento a essa reforma, a defesa da educação pública e suas perspectivas para a educação brasileira.

| LUCY DIAS

A partir do abaixo-assinado impulsionado pelo seu mandato, com mais de 100 mil assinaturas, a presidente da UBES, Jade Beatriz, e o ministro da Educação, Camilo Santana, tiveram que se pronunciar através de matéria publicada no jornal O Globo. Ambos apresentam uma posição de “aperfeiçoar” a reforma ao invés de revogá-la. Por que você considera necessária uma campanha para revogar o Novo Ensino Médio? Então, a

necessidade de revogar é porque o que veio com a reforma, o Novo Ensino Médio, é pior do que o que se tinha até então. Porque você vai continuar estruturalmente com algo que é ruim, que é excludente, que precariza a vida de estudantes, professores e professoras? Que amplia o grau de desigualdade... não tem o menor cabimento. Esse discurso do aperfeiçoamento, é aquele que a linha Lemann faz, porque eles compreendem o tamanho das reclamações que existem, ou seja, há uma revolta generalizada por parte de estudantes e professores, então simplesmente eles não podem dizer que

nada vai ser alterado. Mas aí, eles falam num aperfeiçoamento, mantendo estruturalmente aquilo que é uma reforma de natureza excludente, que caça o pensamento crítico e que, repito, precariza ainda mais a vida de estudantes e professores. Por isso que tem que ser revogada.

A luta pela revogação do Novo Ensino Médio abre o debate sobre o tipo de escola que queremos e precisamos. O modelo anterior, ainda que sucateado, conservava a escola com os pilares republicanos da gratuidade,

laicidade, obrigatoriedade, universalidade e de propriedade pública. Esses pilares são derrubados com o Novo Ensino Médio. Qual o modelo de escola que você considera o melhor para a juventude?

O melhor modelo para a juventude é aquele em que ela decida o seu destino. Onde ela exerça um papel fundamental na escola, na construção, inclusive, do projeto pedagógico; que tenha capacidade de ser um instrumento da análise, do pensamento crítico. E que dê a esse jovem a possibilidade de enfrentar e vencer a desigualdade estrutural que existe no nosso país. E aí, o que nós defendemos objetivamente para que isso seja alcançado? Que seja feita uma nova conferência nacional de educação. Revogou o novo ensino médio, faz-se uma nova conferência. Porque essa última conferência foi a do Bolsonaro. Você tem um amplo diálogo com estudantes, professores, professoras, profissionais de educação e comunidade escolar como um todo.

Manifestação de estudantes contra a Reforma do Ensino



Deputado Federal Glauber Braga (PSOL - RJ)

E aí você propõe modificações para o conjunto da educação brasileira, incluindo o Ensino Médio, mas com amplo processo de discussão social. O que evidentemente não aconteceu com essa reforma do Ensino Médio, que foi realizada por Temer e implementada por Bolsonaro, tendo como base a necessidade de excluir a discussão e a avaliação crítica do próprio processo educacional. Nós temos que fazer o contrário disso.

Quais são as táticas para a campanha pela revogação do Novo Ensino Médio e qual a perspectiva que você apresenta para a escola pública? Olha, a campanha ganhou mais de 100 mil assinaturas em pouquíssimo tempo. Isso ainda vai aumentar muito. Nós vamos conversar agora com todas as entidades, movimentos sociais para adensar esse abaixo-assinado. Na primeira reunião da comissão de educação, com a presença do ministro de Estado, na Câmara dos Deputados, a gente pretende entregar o abaixo-assinado denso com a

Eu acredito muito nessa força de organização, mobilização, em defesa do que é público para enfrentar os desmandos do setor privado

presença dos movimentos, um grande ato pra cobrar a revogação desse Novo Ensino Médio. E como eu disse, que se faça uma nova conferência nacional de educação, até porque vai ter que se renovar nessa nova legislatura, o Plano Nacional de Educação. Como é que vai se fazer isso numa conversa de gabinete? Ou só com um grupo pequeno de entidades? Não. Precisa fazer um processo amplo de discussão sobre a educação pública no Brasil. E a minha perspectiva é de uma escola que consiga, evidentemente, trabalhar a consciência de classe, que consiga vencer, não individualmente, não inocular no estudante a ideia de que ele vai ser um vencedor por si só, mas que vencer é enfrentar e derubar as estruturas históricas de exclusão. "Ah isso é difícil." Evidentemente que não é uma tarefa fácil. Mas como eu acredito no poder de organização da educação pública e das juventudes, eu acredito que a gente vai conseguir sim ultrapassar essa etapa e fortalecer a educação pública. Lembremos que a maior manifestação popular durante todo o governo Bolsonaro, que fez inclusive com que o governo recuasse com os cortes na educação, foi de estudantes, quando o Weintraub ainda era o ministro da Educação. Eu acredito muito nessa força de organização, mobilização, em defesa do que é público para enfrentar os desmandos do setor privado.

Agradecemos a entrevista com o deputado e companheiro Glauber Braga e convidamos todos os nossos apoiadores a se engajar na luta pela Revogação do Novo Ensino Médio. Assine você também o abaixo-assinado usando o QR Code ao lado.

Como Glauber explicou, é preciso mobilização e organização para enfrentar a privatização da educação básica e para revogar o Novo Ensino Médio. Nesse sentido, a Liberdade e Luta está organizando atividades, panfletagens e comitês para agrupar pessoas pela revogação dessa contrarreforma que destrói a educação pública, gratuita e para todos tal como a conhecemos.

A Liberdade e Luta está chamando uma live para um bate-papo com Glauber Braga que deve acontecer nas primeiras semanas de março e novos artigos de polêmica com as posições de "manutenção do NEM com ajustes" para as próximas edições do Tempo de Revolução e para o nosso site (liberdadeeluta.org)

A partir do Editorial desta edição, vamos organizar discussões para aprofundar o entendimento sobre essa reforma e os impactos cotidianos dela na vida dos estudantes e trabalhadores da educação.

Outra iniciativa é a sistematização de relatos, em vídeos, áudio ou texto, de estudantes e jovens professores em suas experiências de sala a partir da implantação do Novo Ensino Médio. Esses relatos vivos nos ajudarão a desfazer qualquer ilusão de que o NEM tenha algo de positivo em sua concepção e aplicação para a juventude. Se você quer enviar um relato de sua experiência com o NEM, por favor, envie para souliberdeeluta@gmail.com ou pelo What's App: +55 61 9304-6340.

É muito importante agrupar as pessoas para discutir e agir na campanha pela revogação. Por isso, estamos impulsionando atividades locais, rodas de conversa e panfletagens para agrupar os jovens secundaristas, jovens professores, estudantes universitários para debater e formar comitês pela revogação do NEM. Você pode ajudar acessando ao QR Code e preenchendo o formulário, vamos organizar juntos panfletagens, debates e atividades nas escolas, nos bairros e nas ruas.

Por que lutar pela revogação do Novo Ensino Médio na sua escola?

1

Acaba com o acesso ao conhecimento

Todas as disciplinas foram agrupadas em áreas de conhecimento com redução de carga horária do conteúdo comum, sendo criados também os Itinerários Formativos, que visam atender os interesses do capital, possibilitando "certificados" parciais e com validade locais. O conteúdo das disciplinas é fragmentado e sem continuidade.

2

Destrói a educação pública

A oferta dos Itinerários Formativos pode acontecer via parceria-público-privada com empresas que têm como objetivo apenas lucrar com a educação.

3

Introduz o EaD no Ensino Médio

Os Itinerários Formativos e mesmo as disciplinas regulares podem ser ofertadas através do Ensino a Distância, com estudantes tendo que usar recursos próprios para acessar as aulas. É o fim da escola.

4

Ataca os professores

Com a redução de conteúdo e carga horária, os professores precisam escolher que conteúdo podem apresentar para atender a ênfase de habilidades e competências. Tudo é superficial e vomitado para os estudantes. O professor torna-se um auxiliar. Com a introdução do "notório saber", profissionais com direitos trabalhistas são substituídos por contratos precarizados e até mesmo terceirizados.

5

Não capacita técnica e profissionalmente

É uma farsa que a ênfase em "habilidades e competências" capacita técnica e profissionalmente. Na verdade, essa ênfase rebaixa até mesmo o Ensino Técnico a algum tipo de capacitação de péssima qualidade.

6

Prepara uma contrarreforma universitária

Os cursos realizados através dos Itinerários Formativos poderão ser aceitos como diplomas parciais na universidade, portanto, rebaixa o nível superior.

7

É profundamente excluente

Um dos braços do NEM é o Projeto de Ensino Integral que, da forma como foi elaborado, expulsa os jovens mais pobres e que precisam trabalhar para escolas mais distantes, uma vez que a PEI não fornece bolsas de estudo para garantir a permanência estudantil.

#RevogaNovo
EnsinoMédio



FÁBRICAS OCUPADAS

Ventos de Esperança: os Encontros do Movimento de Fábricas Ocupadas

Parte 1 de 2

RAFAEL PRATA

Na edição 23 do Jornal Tempo de Revolução foi republicado um relato de 2009 sobre o II Encontro de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores realizado em Caracas, na



Venezuela. Mas, até a realização desse evento, inúmeras atividades foram organizadas pelo Movimento de Fábricas Ocupadas no Brasil e internacionalmente.

O objetivo desse artigo é relembrar alguns desses episódios marcantes, trazendo à tona trechos de cartas e resoluções aprovadas em encontros e conferências celebrados pelos trabalhadores desde os primeiros momentos da ocupação da Cipla e Interfibra.

Encontros e Conferências realizados de maneira independente pelos próprios trabalhadores, em que se discutia seriamente o destino de milhares de empregos, as dificuldades e objetivos do movimento e, fundamentalmente, de onde emanavam fortes ventos de esperança para o futuro da humanidade!

1ª Conferência Nacional em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Terra e do Parque Fabril

Em outubro de 2003, os trabalhadores da Cipla e Interfibra organizaram uma conferência nacional para debater os rumos da luta, após um ano da ocupação.

Anteriormente, em junho, uma ampla delegação de trabalhadores, dirigentes sindicais, lideranças políticas e de movimentos sociais havia ido se reunir com o recém-eleito presidente Lula, no que ficou conhecido como a 1ª Marcha à Brasília do Movimento das Fábricas Ocupadas. Na ocasião, Lula disse que “a estatização estava fora do cardápio”, frase que se tornaria emblemática porque, de fato, os governos petistas nunca cogitaram estatizar nada nem ao menos reestatizar

o que havia sido privatizado. Ao contrário, o PT desenvolveu uma linha de alianças com partidos e representantes diretos da burguesia e, em nome da governabilidade e da manutenção de uma política de conciliação de classes, deu continuidade no programa de privatizações (disfarçado de concessões e parcerias) e de retirada de direitos, como, por exemplo, a Reforma da Previdência de 2003.

Porém, na época, a declaração de Lula não desanimou os operários, pois os trabalhadores estavam convencidos e decididos a levar adiante a luta em defesa dos empregos. Tanto é que, na volta da caravana, um dos ônibus desembarcou em Sumaré/SP para participar da assembleia dos trabalhadores da Flaskô, empresa que pertencia ao mesmo grupo econômico da Cipla-Interfibra e que também estava à beira do fechamento. E os trabalhadores da Flaskô tomaram a mesma decisão de seus colegas catarinenses: ocuparam a fábrica, retomaram a produção sob controle operário e se uniram à campanha pela estatização.

Desse esforço em comum surgiu a iniciativa de convocar um encontro para reunir todos que estivessem dispostos a colaborar com a luta para

salvar os empregos: a Conferência Nacional em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Terra e do Parque Fabril. Celebrado em Joinville/SC, teve cerca de duas mil pessoas, vindas de sete estados da federação, no ato de abertura e “531 representantes de trabalhadores da cidade e do campo, de sindicatos de diversos setores, de organizações populares, de direitos humanos e de juventude, discutimos a terrível situação do desemprego e do fechamento de fábricas, ferrovias e outras empresas, a que nossa classe está submetida hoje em todo o país”.

Segue abaixo, alguns trechos da carta aprovada na conferência:

“A livre e democrática discussão entre nós constatou: as demissões e o fechamento de fábricas, que não cessam de aumentar, trazem um enorme sofrimento às famílias trabalhadoras, humilham o povo e ameaçam atirar toda a sociedade na barbárie. A prosseguir a atual política, imposta pelo imperialismo, o parque fabril brasileiro caminha para a liquidação. Tudo aquilo que se construiu em anos de duro esforço está ameaçado.”

Cada fábrica fechada é um túmulo de postos de trabalho onde são sepultadas as esperanças de uma vida digna. Um monumento à especulação e à voracidade

ESTATIZAÇÃO SOB
CONTROLE OPERÁRIO

capitalista. E junto com este desastre vem a revogação de leis e conquistas trabalhistas e previdenciárias que custaram muitas e longas lutas, muito esforço e mortes, ao povo trabalhador da cidade e do campo. Por isso, os trabalhadores têm o direito de ocupar as fábricas para manter a civilização funcionando com a dignidade que querem lhe retirar.

(...) Nós recusamos as falsas soluções que pretendem esconder as responsabilidades dos governos frente ao desastre social que o capitalismo organizou em todo o mundo. As soluções integradas ao mercado capitalista não são soluções para a defesa do emprego e das conquistas de forma duradoura.

(...) para se defender do desemprego e da destruição das bases sociais de nossa civilização, os trabalhadores têm todo o direito de erguer bem alto suas bandeiras e transformar em ação o grito dado pelos trabalhadores da Cipla, da Interfibra e Flaskô desde 1/11/2002: ‘Fábrica Quebrada deve ser fábrica ocupada. E fábrica ocupada deve ser estatizada’. Nossa compromisso é de luta para que em lugar algum do Brasil sejam destruídos postos de trabalho e se fechem as fábricas. Para isso nos articulamos.”

2ª Conferência Nacional em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril

Em julho do ano seguinte, na sede da CUT nacional em São Paulo, um segundo encontro foi realizado, já contando também com a presença de trabalhadores da Flakepet de Itapevi/SP. Os patrões dessa fábrica haviam recebido milhões de reais via empréstimos públicos do BNDES para construir as

instalações e comprar as máquinas e equipamentos, mas poucos anos depois faliram a empresa, não pagaram os operários e deram calote nos cofres públicos.

Os trabalhadores chegaram a ocupar a fábrica, mas foram despejados e organizaram um acampamento em frente aos portões que durou vários meses. Uma delegação do Movimento das Fábricas Ocupadas chegou inclusive a fazer um ato em frente à sede nacional do BNDES no RJ exigindo a encampação da fábrica pelo ente público, mas todos os apelos foram negados.

Nesse 2º Encontro foi decidido organizar uma 3ª Marcha à Brasília para outubro e declarou-se:

“Um ano e oito meses depois, a situação que levou à ocupação da Cipla e da Interfibra para salvar os empregos continua a se agravar no Brasil.

Vimos ocupações de fábricas acontecerem em Pernambuco com a JB da Costa, em São Paulo com a Flaskô, com a Flakepet e as Cozinhas Olí, no Paraná com a Diamantina. E mesmo durante a própria Conferência fomos informados que em Duque de Caxias, RJ os trabalhadores da Batávia/Parmalat estão ameaçados de demissão, entraram em greve e ocuparam a fábrica.”

Além disso, o movimento reafirmou seus compromissos:

“Aqueles que ousam nos dizer que não há saída, que não há como enfrentar a força do capital, aqueles que se adaptam ao capitalismo e se acomodam como escravos da especulação financeira e das multinacionais nós respondemos com nossa determinação de combater, em unidade, em defesa de tudo o que a humanidade construiu como progresso social.”

1º Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores

Esse Encontro, celebrado em Caracas, na Venezuela, em outubro de 2005, sem dúvida foi um marco na história do Movimento de Fábricas Ocupadas por vários motivos, seja pelo local e contexto em que foi realizado, seja pelo tamanho ou importância de suas decisões.

Naquele tempo, a Venezuela estava passando por uma situação revolucionária, com muita mobilização e organização popular na luta por direitos e com o então presidente Hugo Chávez se declarando adepto do “socialismo do século XXI” e decretando estatizações de algumas empresas. Aliás, Chávez vestiu o boné das fábricas ocupadas brasileiras e discursou na abertura do encontro: disse que as empresas que o capitalismo quer fechar, os trabalhadores devem tomar e recuperar.

Além disso, anunciou duas novas expropriações, a da Siderúrgica Sideroca e o Centro Açucareiro Cumanacoa, além de outras futuras. Para ele, a ideia não era fazer os trabalhadores ficarem ricos da noite para o dia e sim produzir para beneficiar as comunidades em seu conjunto.

O encontro também

pelo tamanho e representatividade: cerca de mil pessoas, com delegados de 13 países, 20 centrais sindicais e 235 empresas controladas por trabalhadores, que discutiram a situação da classe operária em seus países e fortaleceram os laços de solidariedade internacional.

Ao final do encontro foi firmado o “Compromisso de Caracas”, resolução que ressalta o caráter anti-imperialista da luta dos trabalhadores das fábricas ocupadas e o apoio à luta pelo aprofundamento da revolução na Venezuela.

Merece destaque ainda o pacto de cooperação Cipla-Venezuela, documento assinado entre o Movimento de Fábricas Ocupadas e membros do governo venezuelano. Representantes da Cipla mostraram um projeto para a construção de casas populares utilizando como base um material plástico especial, cuja tecnologia e especificações técnicas foram desenvolvidas e aperfeiçoadas por trabalhadores das fábricas ocupadas.

O governo Chávez comprou a ideia e solicitou o envio de técnicos e especialistas das fábricas ocupadas brasileiras para implantar uma empresa de casas populares na Venezuela, segundo o projeto da

Cipla. Em troca, o governo venezuelano se comprometia a enviar matéria-prima produzida por sua estatal petroquímica às fábricas ocupadas brasileiras. O acordo foi levado à frente e assim nasceu a Petrocasa na Venezuela e um primeiro lote de matéria-prima chegou às máquinas da Cipla, Interfibra e Flaskô.

Por fim, entre as discussões no encontro foi aprovada uma declaração da Mesa de Trabalhadores de Empresas Recuperadas, cujo trecho final é reproduzido até hoje em nossas publicações, inclusive na capa da edição 21 da revista América Socialista – Em Defesa do Marxismo e que é um verdadeiro grito de luta e de esperança e demonstra o papel que cabe à classe trabalhadora na história:

“Eles fecham as fábricas, nós abrimos. Eles roubam terras e nós ocupamos. Eles fazem guerras e destroem nações, nós defendemos a paz e a integração soberana dos povos. Eles dividem e nós unimos. Porque somos a classe trabalhadora. Porque somos o presente e o futuro da humanidade.”



FLASKÔ

MULHERES PELO SOCIALISMO

O 8 de março diante do governo Lula-Alckmin

MULHERES PELO SOCIALISMO

Mais um 8 de março se aproxima e os debates sobre os direitos das mulheres trabalhadoras vêm à tona. Esta data histórica sempre nos serve de inspiração e deve ser fonte de ensinamentos em relação à nossa organização e luta. Nos mais diversos momentos da história, passando pelas Revoluções Francesa e Russa, pelas lutas no Irã, EUA e América Latina, as mulheres têm estado na linha de frente dos combates pelos direitos da sua classe contra todo tipo de governo, desde os mais reacionários até os reformistas de esquerda. Aqui no Brasil, o 8M acontece em um período pós-eleição no qual derrotamos o governo reacionário de Bolsonaro, e diante do governo Lula-Alckmin de união nacional.

Durante o período eleitoral a questão do direito ao aborto foi pautada pela direita reacionária e parte da esquerda se omitiu em relação a essa defesa histórica de nossa classe. Após

muita pressão sobre o tema, o então candidato Lula afirmou ser pessoalmente contra o aborto e que essa era uma questão a ser debatida e decidida pelo Legislativo. Ao afirmar isso, Lula se eximiu da responsabilidade de levantar a discussão sobre o direito ao aborto como se sua opinião pessoal – ou de qualquer outra pessoa – fosse o centro dessa questão. Além disso, como candidato, e agora como presidente, Lula representa um programa político e uma parcela da população que tem, entre outras reivindicações, a luta pelo direito ao aborto. Se eximir dessa tarefa é ignorar sua responsabilidade. A direita bolsonarista utilizou a questão do aborto como instrumento para atacar a campanha de Lula demonizando esse tema – assim como outros, como a reforma agrária e urbana – e a esquerda, que estava alinhada ao candidato, se manteve afastada da discussão aceitando o discurso petista de que isso era uma falsa acusação, pois esse debate não estava na ordem do dia de um futuro governo petista.

Passadas as eleições, a esquerda e o governo Lula-Alckmin seguem sendo pautados pela direita no que diz respeito à discussão sobre o aborto

Cabe lembrar que além do ultraconservador Alckmin, este governo tem como Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que quando foi candidata à presidência em 2018 afirmou que vetaria uma lei de legalização do aborto caso fosse aprovada pelo Congresso, pois, na sua opinião, deputados e senadores não poderiam substituir 200 milhões de brasileiros, e que esse tema deveria ser decidido através de um plebiscito. Ora, todas as regras estabelecidas pela democracia burguesa são sempre seguidas, todas as leis que atacam a classe trabalhadora são decididas pelo Congresso e acata-

das pelo Executivo, mas quando se trata desse tema lembram dos trabalhadores e ressaltam a importância da sua participação direta nas decisões. Muito conveniente!

Passadas as eleições, a esquerda e o governo Lula-Alckmin seguem sendo pautados pela direita no que diz respeito à discussão sobre o aborto. O Estatuto do Nascituro segue na ordem do dia da direita reacionária há 15 anos e está agora obstruído. Porém, na prática, ele tem afetado a vida de meninas e mulheres que não conseguem acessar o direito ao procedimento mesmo nos casos já previstos em lei. Um exemplo é o caso da menina de 12 anos que, grávida pela segunda vez, foi retirada

da família e tentou suicídio no abrigo onde está junto com o bebê da primeira gestação. Ela chegou a ir até o hospital para realizar o procedimento,

que não ocorreu. Além disso, uma juíza de Teresina nomeou uma defensora pública para representar os interesses do feto – ação prevista no Estatuto do Nascituro, mas que não tem nenhuma base legal frente à Constituição Federal e ao Código de Processo Civil. Além do estupro, essa criança vem sofrendo com a violência do Estado, do Judiciário que, ao contrário do que muitos afirmam, defendem os interesses da classe dominante.

É importante compreender que, se aprovado, este estatuto pode levar à proibição de políticas públicas como a distribuição de pílulas do dia seguinte nos postos de saúde. Isso pode ocorrer em função da criação da figura jurídica a



do “nascituro”, com direito à vida desde a concepção. Conforme analisa a microbiologista Natália Pasternak, é preciso diferenciar vida humana e pessoa humana. Ela afirma que a vida humana independe da concepção e se manifesta em diversos processos biológicos. Aponta ainda que mesmo sem que a mulher saiba que está grávida muitos embriões são abortados espontaneamente e que, mesmo depois da confirmação da gravidez, entre 10 e 20% dos fetos podem sofrer abortos espontâneos no 1º trimestre da gestação. Utiliza-se então uma retórica pautada pelo viés religioso e moral, que atrela o início da vida ao momento da concepção, ferindo teorias científicas estabelecidas e direitos já conquistados pelas mulheres – estas sim, pessoas humanas dotadas de direitos.

É preciso que os ventos que sopraram na Colômbia e na Argentina cheguem ao Brasil, e que através da organização das mulheres façamos avançar a luta pelo direito ao aborto. É preciso que cada mandato que se reivindique da classe trabalhadora se coloque como ponto de apoio e palanque para nossas lutas.

Com a revogação pelo Ministério da Saúde, em janeiro deste ano, de seis portarias aprovadas pelo governo Bolsonaro que dificultavam a realização do aborto nos casos previstos em lei – como a necessidade de a equipe médica notificar a autoridade policial em caso de aborto por estupro – retoma-se o patamar anterior garantido em lei. Porém, mesmo esse modesto passo em relação à lei que já existia, causa reação como a nota emitida pela CNBB.

Na nota critica-se uma suposta “flexibilização do aborto”, cobra-se uma postura do atual governo em defesa do Estado Democrático de Direito, afirmando que “qualquer atentado à vida é um ataque à dignidade e ao bem-estar social”. A entidade cobra o governo afirmando que durante a campanha assumiu-se o compromisso de defesa do nascituro, pedindo sensatez e equilíbrio em busca da paz. Ou seja, novamente o governo é pautado pela direita e religiosos que não deveriam interferir nas decisões de um Estado laico.

O argumento reacionário e hipócrita de “defesa à vida” pode ser facilmente combatido quando se observa a falta de acesso das mulheres trabalhadoras aos serviços básicos de saúde, a falta de vagas na educação infantil, os salários inferiores pagos às mulheres, a falta de serviços de lazer e cultura nas cidades, a falta de políticas públicas para combater e punir a violência contra as mulheres e todos os demais problemas que a classe trabalhadora enfrenta. Quando uma mulher burguesa decide ter um filho ela sabe que contará com o serviço das mulheres trabalhadoras dentro de suas casas de segunda a segunda, e nas escolas de segunda a sexta. É, portanto, uma decisão romântizada e que falseia a realidade do que é ser mãe. Além disso, o acesso ao aborto pago em clínicas de luxo é parte da vida de muitas mulheres que podem pagar pelo procedimento. Enquanto isso, meninas e mulheres da nossa classe são submetidas à violência médica, policial e judicial, tendo que manter uma gravidez contra sua vontade, morrendo após procedimentos de risco ou sendo presas, como a mulher de 40 anos que passou pelo procedimento no Jardim Anália Franco, São Paulo, em uma clínica clandestina. Nossos interesses, portanto, não são os mesmos interesses da mulher burguesa!

Em janeiro desse ano, a Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, afirmou em entrevista

que o atual governo irá defender o direito ao aborto conforme permitido em lei. Disse ainda que diante do Congresso eleito é pouco possível avançar nesta discussão e que pode-se, inclusive, ter retrocessos. Porém, não basta constatar que o Congresso é reacionário e que não defende os interesses da classe trabalhadora, até porque nunca defendeu.

Afirmar que este governo vai defender uma lei de 1940 e que tudo vai ser muito difícil com esse Congresso não nos basta. É preciso manter nossa independência de classe e de organização para construir um 8M que nos represente e, para além desta data, fortalecer a organização das mulheres trabalhadoras em luta pelas suas reivindicações mais sentidas e pela superação do capitalismo e construção do socialismo.

É preciso que os ventos que sopraram na Colômbia e na Argentina cheguem ao Brasil, e que através da organização das mulheres façamos avançar a luta pelo direito ao aborto. É preciso que cada mandato que se reivindique da classe trabalhadora se coloque como ponto de apoio e palanque para nossas lutas. É preciso ir além das instituições burguesas, como o Congresso e o Judiciário, e voltar a ocupar as ruas em defesa dos nossos direitos. É preciso que a esquerda retome a discussão sobre o aborto como nossa reivindicação.

É com essa disposição que o Movimento Mulheres pelo Socialismo, a Esquerda Marxista e a Liberdade e Luta estarão nas ruas nesse 8M e, ao longo do ano, com nossas bandeiras e palavras de ordem. Seguiremos ombro a ombro com a nossa classe até que todas sejamos livres e uma outra sociedade seja construída por nós!



Manifestações do Dia da Mulher em São Paulo

**Pelo direito ao aborto público e gratuito!
Pelo fim da violência contra a mulher!
Contra o Estatuto do Nascituro!
Pela laicidade das decisões do Estado!
Por uma Saúde pública, gratuita e para todos!
Pela revogação das reformas trabalhistas e da previdência!
Pela revogação do Novo Ensino Médio!
Por Educação pública, gratuita e para todos em todos os níveis!
Pela construção do socialismo!**

TEORIA

Mulheres na Comuna de Paris

CAROLYN KEMP

Criegamos ao momento supremo, em que devemos poder morrer por nossa Nação. Chega de debilidade! Chega de incertezas! Todas as mulheres às armas! Todas as mulheres ao dever! Versalhes deve ser aniquilada!" Estas foram as palavras de Nathalie Lemel, participante da Comuna de Paris de 1871, e membro da *Union des Femmes pour la Defense de Paris et les Soins aux Blessés* (União das Mulheres para a Defesa de Paris e Socorro aos Feridos).

Uma afirmação tão ousada é totalmente contrária à hesitação e à fragilidade atribuídas às mulheres da época. Estas eram mulheres militantes lutando pelas conquistas da classe trabalhadora na Comuna de Paris. Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, gostaríamos de destacar os esforços e conquistas das mulheres trabalhadoras durante a Comuna. Mulheres como Louise Michel, Elisabeth Dmitrieff, André Léo, Anne Jaclard, Paule Mink e Nathalie Lemel organizaram escolas laicas, serviços de ambulância e cooperativas de trabalho, além de pegar em armas pela revolução. As mulheres trabalhadoras da Comuna lutaram pelos direitos das mulheres com base na classe e defenderam a revolução com suas próprias vidas.

Os tempos que antecederam a Comuna de Paris foram difíceis para todos os trabalhadores, mas em particular para as mulheres. Era típico para uma mulher trabalhar 13 horas por dia, seis dias por semana. Mesmo assim, o salário que re-

cebria por esse trabalho era lamentavelmente inferior ao custo de vida da época, mesmo que seu salário fosse adicionado ao do marido. Essa contradição levou muitas mulheres trabalhadoras à prostituição. A guerra franco-prussiana colocou ainda mais pressão sobre o povo francês, especialmente durante o cerco de Paris, que durou meses, e que ficou completamente isolada do exterior. Isso levou a uma inflação galopante e a longas filas para conseguir o pão que era escasso e muitas vezes misturado com palha e papel. Foram principalmente as mulheres que tiveram que ficar nessas filas e literalmente lutar pelo pão necessário para alimentar suas famílias. Isso lançou as bases para a militância que se viu entre as mulheres durante a Comuna, que lideraram a luta em muitas ocasiões.

Mulheres como Louise Michel, Elisabeth Dmitrieff, André Léo, Anne Jaclard, Paule Mink e Nathalie Lemel organizaram escolas laicas, serviços de ambulância e cooperativas de trabalho, além de pegar em armas pela revolução

guesia. Em 18 de março, o líder reacionário do novo governo, Adolphe Thiers, enviou tropas para retirar canhões de Paris no meio da noite. Seu objetivo era desarmar os trabalhadores e se vender aos prussianos. As mulheres do bairro de Montmartre despertaram e subiram a colina onde confraternizaram com as tropas, subiram nos canhões e impediram que fossem removidos. As tropas foram tão persuadidas pelas mulheres e pela milícia popular da Guarda Nacional de Paris que se aproximaram do povo, prendendo e atirando em seu próprio comandante.

Com isso, desenvolveu-se uma situação de duplo poder. Thiers perdeu o controle de Paris e teve que fugir com o governo burguês para a vizinha Versalhes. Os trabalhadores de Paris declararam a Comuna, a primeira República operária do mundo. Os elementos mais avançados da Comuna, incluindo centenas de mulheres, reuniram-se para marchar até Versalhes na tentativa de impedir o derramamento de sangue e "dizer a Versalhes que a Assembleia [o antigo governo] não é a lei - Paris é!" Mas a direção da Comuna vacilou e a oportunidade foi perdida. Ao permitir que as forças da reação se reagrupassem, ao não marchar decisivamente sobre Versalhes para esmagar os inimigos da revolução, o equilíbrio de forças acabou pendendo a favor da burguesia e de seus representantes, com consequências fatais para dezenas de milhares de *communards*.

O início de uma nova sociedade

A Comuna formou muitos clubes, que mui-

W. Aléxis, Paris (1871)





Louise Michel, Communarde em 1871

tas vezes ocupavam as igrejas para realizar suas reuniões. Essas reuniões tiveram discussões abertas e acaloradas e usaram a democracia direta. Um dos principais tópicos de discussão nos clubes era o anticlericalismo. As mulheres trabalhadoras denunciaram a maneira como as igrejas controlavam a riqueza, maltratavam os trabalhadores, controlavam as escolas femininas e invadiam a privacidade da família. Também foi sugerido por alguns que as freiras fossem jogadas no rio Sena, enquanto outros pediam que todos os padres fossem presos até o fim da guerra.

Muitos dos trabalhadores na França foram influenciados pelo proto-anarquista Proudhon, que acreditava que o lugar apropriado para as mulheres era ser “dona de casa ou prostituta”, e de forma alguma como parte da força de trabalho. Ele até apresentou uma série de “equações” para ilustrar que as mulheres eram física, intelectual e moralmente inferiores e, portanto, deveriam se limitar à criação dos filhos e nada mais. Isso, junto com as atitudes geralmente retrógradas de muitos homens naquela época, incluindo muitos trabalhadores avançados, levou a seção francesa da

Primeira Internacional a apresentar um memorando contra a participação das mulheres na força de trabalho. No entanto, havia várias mulheres na França que pertenciam à Internacional, e essa linha de pensamento nada tinha a ver com as ideias de Marx e Engels, seus principais líderes, que faziam o possível para acompanhar os acontecimentos de Londres.

Louise Michel e o Comitê de Vigilância de Montmartre

Outro grupo importante era o Comitê de Vigilância de Montmartre, dividido em seção masculina e seção feminina. Louise Michel, uma das figuras mais inspiradoras da Comuna, pertencia a ambos. O Comitê de Vigilância realizou oficinas, recrutou enfermeiras de ambulância, deu ajuda a esposas de soldados, enviou palestrantes aos clubes e caçou fugitivos que se recusaram a servir na milícia popular. Louise Michel foi eleita presidente e serviu como lutadora e trabalhadora médica no 61º Batalhão durante a Comuna.

Antes de a Comuna ser eleita, Michel se ofereceu para ir a Versalhes para atirar no próprio Thiers, mas foi dissuadida por medo à retaliação. No entanto, ela foi a Versalhes

apenas para provar que poderia voltar ilesa.

Durante a Comuna, Michel enviou uma carta ao prefeito de Montmartre com uma série de exigências, incluindo a abolição dos bordéis, que o Sino de Montmartre fosse derretido para fazer um canhão para defender os bairros operários e requisitar casas abandonadas e o vinho e o carvão dentro deles para montar abrigos e prover para os velhos, enfermos e crianças de Montmartre. Alguns homens da Comuna não queriam permitir que prostitutas trabalhassem nas ambulâncias, dizendo que “os feridos devem ser tratados com mãos limpas”, mas Michel viu a necessidade de envolver essas mulheres no trabalho da Comuna e as recrutou para ajudar nesta tarefa. Após a queda da Comuna, as forças de Thiers abriram caminho através de Paris e assassinaram dezenas de milhares de *communards* durante um período de várias semanas. Michel lutou nas barricadas do cemitério de Montmartre durante a “Semana Sangrenta” e posteriormente foi presa e deportada para a Nova Caledônia junto com Nathalie Lemel.

A União das Mulheres

Elisabeth Dmitrieff nasceu na Rússia e foi cofundadora da seção russa da Primeira Internacional. Ativa no movimento Narodnik, Dmitrieff foi enviada a Londres para trabalhar com Marx e estudar o movimento operário

londrino. Após a declaração da Comuna de Paris, o Conselho Geral de Londres decidiu enviar Dmitrieff como um dos dois enviados à Comuna.

Elisabeth Dmitrieff
nasceu na Rússia
e foi cofundadora
da seção russa
da Primeira
Internacional

Depois de se encontrar com outras mulheres trabalhadoras ativas na Comuna, ela viu a necessidade de organizar as mulheres trabalhadoras de Paris para defender a Comuna nas barricadas, estações de ambulância e cantinas, bem como lutar por medidas socialistas que emancipassem as mulheres trabalhadoras da exploração. Isso levou à criação da “União das Mulheres”, a *Union des Femmes*.

Nathalie Lemel ingressou no Sindicato após sua formação e, como encadernadora, tinha uma vasta experiência no movimento operário parisiense, além de ser membro da Primeira Internacional. A influência da experiência trabalhista e grevista de Lemel é instantaneamente reconhecível no trabalho do Sindicato.

A primeira reunião do Sindicato ocorreu em 11 de abril, depois que um Apelo às Cidadãs de Paris foi fixado nos muros da cidade e publicado nos jornais. Um Comitê Central provisório foi nomeado, incluindo Dmitrieff e outras sete trabalhadoras. A *Union des Femmes* era composta por mulheres da classe trabalhadora e fazia parte da Primeira Internacional. Foi organizado em torno de associações municipais, com um comitê central e um comitê executivo pago. Todos os cargos foram eleitos democraticamente e revogáveis pelos sindicalistas.

Cada *arrondissement* (distritos da prefeitura de Paris) tinha comitês sindicais para recrutar mulheres trabalhadoras militantes, para finanças e para convocar os membros para defender a Comuna a qualquer momento. A União finanziava-se com as quotas e também com o dinheiro que recebia dos órgãos centrais da Comuna. Depois que o comitê executivo era pago, eles usavam o dinheiro restante para ajudar no sustento de membros doentes e/ou empobrecidos de seu sindicato, bem como

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE
LIBERTÉ — ÉGALITÉ — FRATERNITÉ

COMMUNE DE PARIS

APPEL AUX OUVRIÈRES

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE
LIBERTÉ — ÉGALITÉ — FRATERNITÉ

COMMUNE DE PARIS

APPEL AUX OUVRIÈRES

Le Comité central de l'Union des femmes pour la défense de Paris et les soins aux blessés a été chargé, par la Commission du Travail et de l'Echange, de l'organisation du travail des femmes à Paris, et de la constitution des Chambres syndicales et fédérales des travailleuses.

En conséquence, il invite toutes les ouvrières à se réunir, aujourd'hui jeudi 18 mai, à la Bourse, à 7 heures du soir, afin de nommer des déléguées de chaque corporation pour constituer les Chambres syndicales, qui, à leur tour, enverront chacune deux déléguées pour la formation de la Chambre fédérale des travailleuses.

Pour tous les renseignements, s'adresser aux Comités de l'Union des femmes, institués et fonctionnant dans tous les arrondissements.

Siège du Comité central de l'Union: rue du Faubourg-Saint-Martin, à la Mairie du X^e arrondissement.

Paris, 18 mai 1871.

La Commission exécutive du Comité central

**NATHALIE LE MEL,
ALINE JACQUIER,
LELOUP,
BLANCHE LEFÈVRE,
COLLIN,
JARRY,
ELISABETH DMITRIEFF.**

TEORIA

para comprar armas para defesa da Comuna.

A *Union des Femmes* representava a camada mais avançada das mulheres trabalhadoras de Paris. Elas consistentemente mostraram sua militância e sua vontade de lutar para defender os ganhos da Comuna de Paris. Em 3 de maio, um cartaz foi colocado em Paris pedindo um armistício com Versalhes e assinado por um grupo anônimo de "Cidadãos". A União respondeu dias depois com um manifesto militante condenando o armistício com a contrarrevolução e exigindo o direito das mulheres trabalhadoras da Comuna de pegar em armas ao lado dos homens em defesa da revolução, dizendo: "As mulheres de Paris provarão à França e ao mundo que elas também, no momento de perigo supremo – nas barricadas e nas muralhas de Paris, se os poderes reacionários forçassem seus portões – elas também sabem como, como seus irmãos, dar seu sangue e sua vida pela defesa e pelo triunfo da Comuna, isto é, do Povo". Este manifesto vai contra qualquer um que duvide da coragem e habilidade das mulheres na batalha revolucionária.

Como muitos donos de empresas haviam fugido de Paris, muitas mulheres trabalhadoras achavam difícil encontrar empregos. O Sindicato apresentou à Comissão de Trabalho e Intercâmbio um pedido de trabalho imediato na fabricação de uniformes para a milícia da Guarda Nacional e um pedido de longo prazo para formar uma Federação de Associações de Mulheres. Este documento, assinado por Dmitrieff, mostrava claramente o

caráter internacionalista e socialista da *Union des Femmes* ao mesmo tempo em que rejeitava o feminismo burguês: "Fim de toda competição entre trabalhadores masculinos e femininos – seus interesses são idênticos e sua solidariedade é essencial para a greve mundial final do trabalho contra o capital".

O documento também afirmava que todo filiado deveria ser membro da Primeira Internacional. O Comitê Central faria a ligação com organizações estrangeiras para troca de produtos, e os Comitês de *Arrondissement* recrutariam trabalhadoras para acompanhar as ocupações, bem como mulheres que trabalham em casa. A federação seria composta por cinco membros de cada Comitê de *Arrondissement*. No dia 17 de maio, o Sindicato lançou um apelo às trabalhadoras para que se reunissem no dia 18 com o objetivo de criar uma Câmara Federal da Mulher Trabalhadora. A redação final do sindicato e das câmaras federais ocorreu no Hôtel de Ville em 21 de maio.

A *Union des Femmes* também lutou pelas mulheres trabalhadoras da Comuna de Paris, exigindo salários iguais para as mulheres, direito ao divórcio, educação para as meninas e muito mais. Para ajudar as cooperativas de trabalhadores que surgiram durante a Comuna a competir com empresas independentes, o Sindicato elaborou um plano organizacional para os caixas e contadores dessas cooperativas, para ajudá-los a formular preços e estruturas salariais durante a transição do capitalismo para um futuro socialista. Também luta-

ram para acabar com a distinção entre filhos "legítimos" e "ilegítimos". Foi criada uma pensão para as esposas ou "concubinas" dos guardas nacionais mortos, bem como para cada um de seus filhos – "legítimos" ou não. Os órfãos deveriam receber uma educação às custas da Comuna. Em suma, foram promulgadas muitas medidas que beneficiaram diretamente as mulheres trabalhadoras de Paris. Um dia antes das tropas de Versalhes entrarem em Paris para esmagar a Comuna com sangue, foi declarado pagamento igual para homens e mulheres trabalhadores. Mas essa reforma avançada foi perdida junto com a Comuna e ainda permanece não realizada na maior parte do mundo até hoje.

Feminismo burguês

O feminismo burguês analisa a questão da exploração das mulheres com base no gênero, do ponto de vista da opressão das mulheres nas mãos dos homens. Eles não reconhecem que as trabalhadoras são uma camada super-explorada da classe trabalhadora. Eles aplaudem as mulheres burguesas por "quebrar o teto de vidro" ou concorrer à presidência, sem entender ou admitir que essas mulheres não representam os interesses das mulheres trabalhadoras – que constituem a grande maioria das mulheres na sociedade.

A *Union des Femmes* tinha uma abordagem muito diferente. Analisava a opressão das mulheres trabalhadoras em uma base socialista e da classe trabalhadora. Entenderam e explicaram que a única maneira de emancipar as mulheres de suas condições de exploração era reorganizando o seu trabalho e dando a todos os trabalhadores a propriedade e o controle dos meios de produção. A única maneira de as mulheres trabalhadoras lutarem contra sua exploração é em uma base de classe, dentro do movimento trabalhista, e vinculando o sofrimento das mulheres ao sofrimento de toda a classe trabalhadora.

A Union des Femmes tinha uma abordagem muito diferente. Analisava a opressão das mulheres trabalhadoras em uma base socialista e da classe trabalhadora

pagamento igual para trabalho de igual valor e a legislação de verificação de cartões que permitiria a organização e a adesão aos sindicatos de mais mulheres trabalhadoras (e homens). Essas reformas aliviariam a dependência das mulheres trabalhadoras de seus maridos também explorados, dando-lhes independência financeira e a capacidade de escapar de parcerias abusivas. Permitiriam que homens e mulheres se relacionassem em uma nova base, como trabalhadores, em solidariedade e no melhor interesse da sociedade como um todo.

Como marxistas, lutamos por quaisquer reformas que ajudem as mulheres trabalhadoras, ao mesmo tempo em que explicamos que a única maneira de emancipar totalmente as mulheres é abolindo o capitalismo. As conquistas das mulheres trabalhadoras da Comuna de Paris não podem ser negligenciadas ao se discutir questões femininas e são uma ferramenta importante em nosso arsenal.

Ilustração da Barricada da Place Blanche, defendida por mulheres durante a Semana Sangrenta





Episode de la Commune, place de la Concorde, por Gustave Boulanger (1824-1888)

Lissagaray: um relato vivo da Comuna de Paris

ANDRÉ MAINARDI

O livro “A História da Comuna de 1871” de Prosper-Olivier Lissagaray, traz um relato vivo dos mais de dois meses da Comuna de Paris, a primeira experiência da história de um governo operário legítimo. Em seu formato final, a narrativa procura dar um panorama preciso desses acontecimentos de forma inédita, ou seja, segundo a ótica dos oprimidos, combatendo as distorções e o escamoteamento dos fatos organizados pela historiografia oficial. A obra forneceu rico material de estudo, inspirou e foi lida avidamente por toda a geração de

revolucionários do final do século XIX, alguns dos quais viriam a ser os grandes dirigentes das revoluções proletárias do início do século XX.

“História esta que, aliás, é devida a seus filhos, a todos os trabalhadores da terra. O filho tem o direito de conhecer o porquê das derrotas dos pais; o Partido Socialista, as campanhas de sua bandeira em todos os países. Aquele que conta ao povo falsas lendas revolucionárias, que o diverte com histórias sedutoras, é tão criminoso quanto o geógrafo que traça mapas mentirosos aos navegadores.” (Prefácio à primeira edição, novembro de 1876).

O autor

Hippolyte-Prosper-Olivier “Lissa” Lissagaray nasceu em Toulouse em 24 de novembro de 1838, filho de um farmacêutico. Em sua juventude após a conclusão dos estudos clássicos, se lançou em uma viagem pelos Estados Unidos. De volta à França, em 1860, se instalou em Paris onde entrou em contato com o movimento operário e a luta republicana em pleno Segundo Império, instalando após o golpe do 18 Brumário de 1851, organizado por Luis Bonaparte.

É dentro do ambiente das grandes lutas da classe trabalhadora francesa, contra o regime de Napoleão III, escrevendo para os jornais de oposição *L’Action* e *Le Tribun du Peuple*, que Prosper-Olivier entra em contato com trabalho militante da Associação Internacional dos Trabalhadores, ou 1^a Internacional, e passa a se dedicar à luta socialista. O primeiro capítulo da obra em questão traz, inclusive, informações preciosas sobre o trabalho prático da organização de Marx e Engels, junto aos operários parisienses, mesmo em meio à repressão do Estado, o que só fazia crescer o interesse dos trabalhadores pela Internacional.

Em 1871 o regime bonapartista dá seu último suspiro com a patética derrota do Exército Francês na Guerra Franco-Prussiana. Napoleão é preso após a Batalha

de Sedan; os políticos, funcionários do regime e os ricos proprietários, em sua maioria, evacuam Paris, deixando as massas populares à sua própria sorte diante da iminente invasão prussiana. Em 18 de março tem início a série de acontecimentos que entraram para a história como “A Comuna de Paris”, ou “Comuna de 1871”. Assim como muitos de seus camaradas, não só da França como de outros países do mundo, Lissagaray participou ativamente da Comuna de Paris, combatendo nas barricadas, “não como membro oficial, funcionário ou empregado da Comuna, mas simplesmente um das fileiras”, como ele mesmo definiu.

O primeiro capítulo da obra em questão traz, inclusive, informações preciosas sobre o trabalho prático da organização de Marx e Engels, junto aos operários parisienses, mesmo em meio à repressão do Estado

1871. Ele se evadiu para a Inglaterra, permanecendo em Londres até 1880. Lá encontrou solidariedade e guarda na residência de Karl Marx. Assistido diretamente por Marx e com a ajuda e trabalho abnegado de Eleanor Marx, filha mais nova do grande filósofo, ele inicia o trabalho de pesquisa que culminaria na versão final da “História da Comuna de 1871”.

A obra

A importância histórica e política da obra de Lissagaray reside no seu combate aberto contra o secular esforço da historiografia oficial em escamotear e cobrir de obscurantismo a história dos trabalhadores. As classes dominantes de todo mundo assistiram espantadas, em 1871, a primeira experiência de um governo operário que, apesar de todas as suas contradições, representou-lhes uma grave ameaça: foi a prova no fogo da luta de classes de que o socialismo científico proposto por Marx e Engels era, não apenas possível, mas também urgente e vital à classe operária. Nesse sentido, iniciou-se uma campanha por parte dos historiadores e, principalmente, da grande imprensa europeia, com o objetivo de distorcer o que foi a Comuna, dando-lhe ares de um ato de vandalismo inconsequente operado por bárbaros ignorantes.

A influência benéfica de Karl Marx, no trabalho



TEORIA

de pesquisa, que dá origem a essa obra, direciona o escritor a uma intransigente busca pela verdade dos fatos, não limitando seu relato apenas às suas impressões de testemunha ocular. O autor se lança em um árduo esforço de coletar material e testemunhos de centenas de communards que, como ele, conseguiram escapar das execuções sumárias e se exilaram na Inglaterra e na Suíça. No curso do texto, em momentos específicos, Prosper-Olivier mal consegue esconder a sua dor e a sua revolta pessoal, porém nunca as coloca acima de sua grandiosa tarefa.

“Quem fez os acontecimentos de 18 de Março? Que fez o Comitê Central? O que foi a Comuna? Por que estão faltando cem mil franceses a seu país? Onde estão as responsabilidades? Legiões de testemunhas o dirão. É um proscrito que empunha a pena (...) que durante cinco anos peneirou os testemunhos; que buscou sete provas antes de escrever; que vê o vencedor à espreita da menor inexatidão para negar todo o resto; que não confiece melhor defesa para os vencidos do que o simples e sincero relato de sua história.” (Prefácio à primeira edição, novembro de 1876).

Após uma série de ensaios, artigos e sketches, o livro em sua versão final, é publicado em 1876 e, posteriormente, traduzido para o inglês por Eleanor “Tussy” Marx em 1886. No texto de introdução a essa edição inglesa, ela recomenda e descreve a obra como “(...) a única história autêntica e confiável que já foi escrita sobre o movimento mais memorável dos tempos modernos. É verdade

que Lissagaray foi soldado da Comuna, mas ele teve a coragem e a honestidade de falar a verdade.”

A elaboração de Lissagaray traz, com riqueza de detalhes, a evolução daqueles fatos. Desde a organização da defesa de Paris contra a invasão prussiana, passando pela constituição e as primeiras ações do Comitê Central da Guarda Nacional até a proclamação da Comuna de Paris, e os diversos embates e discussões que se deram durante a instalação gradual do que, nesses mais de dois meses, viria a se tornar a primeira experiência de um autogoverno dos trabalhadores. Além da precisão em datas, nomes e da rica descrição de fatos, salta aos olhos o lirismo e a beleza do texto:

“Paris soube de sua vitória na manhã do dia 19. Que mudança de cenário, mesmo após o sem-número de cenários daqueles sete meses de drama. A bandeira vermelha tremula no Hôtel de Ville. O Exército, o governo e a Administração se evaporaram com as brumas matinais. Das profundezas do faubourg Saint-Antoine, da obscura rue Basfroi, o Comitê Central é projetado a cabeça de Paris, em pleno sol do mundo.”

A elaboração de Lissagaray traz, com riqueza de detalhes, a evolução daqueles fatos

Também não foge à pena do autor, a dramaticidade da dolorosa derrota imposta pelo gover-



Pintura de Maximilien Luce “Uma rua em Paris em maio de 1871” retrata a repressão brutal à Comuna

no de Versalhes, no momento em que seu chefe, Adolphe Thiers, em acordo com os prussianos, consegue a libertação dos soldados presos durante a guerra e os lança sobre o povo de Paris, sem piedade. “O chão está coalhado com seus cadáveres, que este espetáculo repugnante lhes sirva de lição” - telegrafo Thiers a um funcionário seu, justificando a barbárie e a execução sumária de 100.000 parisienses:

“A ordem reinava em Paris. Por toda a parte, ruínas, mortos, sinistras crenças. Os oficiais ocupavam as ruas, provocadores, fazendo o sabre zunir; os suboficiais imitavam sua arrogância. A soldadesca acampava em todas as grandes ruas; alguns embrutecidos pelo cansaço e pela carnificina, dormiam em plena calçada; outros preparavam a sopa cantando canções de sua região. (...) Terminada a luta, o Exército se transformou em um imenso pelotão de fuzilamento.”

“Os mortos da Semaine Sanglante se vingavam empestando as praças, os terrenos baldios, as casas em construção que tinham servido de despejo para os matadouros e os tribunais prebostais.”

(...) Trezentos que haviam sido atirados aos lagos das colinas Chaumont tinham voltado à superfície e, inchados, espalhavam seus eflúvios mortais”

O legado

Prosper-Olivier Lissagaray deixa aos revolucionários que vieram depois dele, um magnífico documento. Um relato que serviria de base aos estudos de Lênin sobre a Comuna, que resultaram não apenas na elaboração no grande arsenal teórico deixado pelo dirigente russo, mas também contribuíram na modelagem do método de seu partido e guia em sua prática revolucionária. Em seu seminal “O Estado e a Revolução”, escrito em plena Revolução Russa de 1917, Lênin dedica todo um capítulo à Comuna de Paris. Se apoiando em Marx e Engels, ele analisa esse evento, combatendo o reformismo, apontando o caminho e armando os bolcheviques em sua trajetória rumo à tomada do poder.

Ao movimento operário, a obra de Lissagaray reforça a importância da existência e do

trabalho sistemático de uma imprensa própria, no sentido de combater a falsificação histórica e a distorção dos fatos à qual se lança a ideologia burguesa e impõe, como tarefa aos oprimidos, registrar e relatar suas revoluções, analisando a grandeza de suas vitórias e as duras lições de suas derrotas como legado à posteridade. Exemplo esse, seguido por Leon Trotsky, ao se colocar a tarefa de escrever a história das revoluções de 1905 e 1917, para que essas servissem de guia para as futuras gerações de revolucionários.

“Foi sem dúvida, apenas um combate de vanguarda em que o povo, comprimido em uma luta militar estudada, não pode desenvolver sua ideias, nem suas legiões; ele também não comete a inépcia de restringir a revolução a esse período gigantesco; mas que potente vanguarda que, durante mais de dois meses, manteve na expectativa todas as forças coagidas das classes governantes; que imortais soldados os que, nos mortais postos avançados, respondiam ao versalhês: Estamos aqui pela Humanidade!”



A artilharia estacionada no topo da colina de Montmartre, no norte de Paris, em 18 de março de 1871



Lutas e crise de direção dos trabalhadores no Equador



MICHEL GOULART
DA SILVA

Em 2019, os trabalhadores equatorianos protagonizaram uma insurreição contra o governo Lenín Moreno. O Equador vive ainda uma profunda instabilidade política. O banqueiro Lasso, eleito para estabilizar as instituições burguesas, também vem enfrentando intensas lutas e os impactos de uma situação política que continua a colocar os trabalhadores como protagonistas. Essas lutas e mobilizações não são um processo recente no país andino, remontando, pelo menos, à insurreição de janeiro de 2000 encabeçada pelo Parlamento dos Povos, mostrando uma permanente disposição de luta dos trabalhadores equatorianos.

A insurreição de 2000

No dia 21 de janeiro de 2000, em Quito, capital do Equador, o então presidente Jamil Mahuad, foi deposto diante de um levante de trabalhadores. Eleito em 1998, Mahuad tinha um programa pau-

tado na redução do tamanho do Estado e nas privatizações. Em março de 1999, contando com bons índices de aprovação no começo de seu governo, Mahuad aplicou uma agenda de ataques, que passavam pela eliminação dos subsídios do gás de cozinha e energia elétrica, e o aumento do preço dos combustíveis. Além disso, o governo apresentou ao Congresso uma série de projetos de privatizações em setores como o elétrico, petrolífero, telefonia, etc. O governo recuou nesses ataques, diante da mobilização popular.

Nos últimos dias de 1999, Mahuad decidiu dollarizar de vez a economia equatoriana, adotando a moeda norte-americana para transações internas ao país. Em resposta, no dia 14 de janeiro de 2000, o Parlamento Nacional dos Povos (PNP) foi oficialmente instalado, em Quito, com representantes das 22 províncias do país, que se deslocaram para a capital. Em resposta, o governo Mahuad decretou estado de emergência em todo país, com o exército tomando as

ruas e bloqueando as vias de acesso à capital.

No dia 17 de janeiro ocorreram grandes manifestações em todo país e, mesmo com a forte repressão policial, os trabalhadores não se desmobilizaram. Em 19 de janeiro, irrompeu sobre Quito uma poderosa marcha indígena, dirigida pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie). No dia 20 de janeiro, o levante ocupou diversos órgãos públicos na capital.

No dia 21, os manifestantes enfrentaram a polícia e o exército, e tomaram o Congresso Nacional. Essa ocupação do Congresso foi facilitada pela divisão existente no interior das forças armadas, comandada pelo então coronel Lucio Gutiérrez, que rompeu com a hierarquia militar e se uniu aos manifestantes. No Congresso, instalou-se o Parlamento dos Povo, que assumiu as funções legislativas e emitiu seus primeiros decretos.

Poucas horas depois, o presidente Mahuad renunciou ao cargo e fugiu escondido do palácio presidencial. Cerca de 50 mil pessoas tomaram o palácio para instaurar um novo go-

verno, a partir de uma Junta de Salvação Nacional, formada pelos dirigentes indígenas e por Gutiérrez. Contudo, foi neste momento que se sentiu o principal dilema dos trabalhadores ao longo do último século: a crise de direção.

Gutiérrez, pressionado pelos altos oficiais das forças armadas, entregou seu cargo na junta ao general Mendoza, que, em seguida, mandou prender os militares revoltosos. Mendoza, horas mais tarde, demitiu-se da junta e, num golpe articulado pela embaixada dos EUA, entregou o poder ao vice-presidente, Gustavo Noboa.

Os limites do nacionalismo

Embora derrotada, os impactos da insurreição se fizeram sentir nos anos seguintes. Em 2002, Lucio Gutiérrez ganhou as eleições presidenciais com amplo apoio social e a promessa de "refundação nacional". Contudo, uma vez no governo, aplicou uma política conservadora e, em meio a acusações crescentes de corrupção, nepotismo e autoritarismo, veio

a ser derrubado por mobilizações de trabalhadores em 2005.

Em 2007, Rafael Correa, que vinha se construindo com um limitado perfil nacionalista nos anos anteriores, venceu as eleições. O seu governo encontrou um país que, além da crise institucional, possui uma população vivendo em extrema pobreza. Em 2000, o desemprego chegou a 14,4% da população e a pobreza afetava cerca de 70% dos 12,5 milhões de equatorianos, dos quais 26% encontram-se em extrema pobreza. Quando Correa assumiu, os dados não eram muito melhores, afinal, a pobreza atingia 41,7% e as famílias em situação de extrema pobreza representavam 17,4%.

O seu governo encontrou um país que, além da crise institucional, possui uma população vivendo em extrema pobreza

O governo Correa foi marcado pelas mesmas contradições vividas em outros países, como pelos Kirchner na Argentina ou por Morales na Bolívia. Por um lado, Correa aplicou medidas de assistência à população mais pobre, ampliando a arrecadação a partir da tributação do setor petrolífero e, também, pela renegociação da dívida externa. Com isso, o governo aumentou progressivamente o investimento nas áreas sociais, de 4,2% do PIB em 2006 e chegando a 9,7% nos anos de 2013 e de 2015. Essa ampliação no orçamento foi utilizada no incremento de fundos públicos voltados para in-



fraestrutura, telecomunicações e serviços básicos e, em áreas como saúde e educação, esteve voltado para a redução das taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil e da incidência de doenças graves associadas com a pobreza.

Contudo, seu governo não vislumbrou uma política de superação com o capitalismo ou mesmo de reversão da dolarização da economia. Em termos concretos, seu limitado nacionalismo avalizou uma auditoria da dívida externa, que encaminhou a revisão de parte dos contratos firmados pelo governo. No geral, a despeito da ampliação dos investimentos sociais, sua política econômica favoreceu os grandes conglomerados que concentraram a riqueza do país.

Essas ações do governo se deram em um momento econômico particular, no qual a exportação de commodities permitiu um limitado nacionalismo fiscal. Contudo, com a crise econômica de 2008, o espaço para negociações, e mesmo para a comercialização de seus produtos, especialmente do petróleo, foi reduzido. Com a queda do preço do petróleo em 2008, a balança comercial do Equador passou a registrar saldos negativos em 2009, o que persistiu mesmo com a elevação do preço do barril, entre 2011 e 2013. Em função disso, as próprias políticas de Estado realizadas pelo governo perderam força, a ponto de se intensificar a contestação a Correa, por um lado por setores da

direita e, por outro, pelas próprias organizações dos trabalhadores.

Contudo, seu governo não vislumbrou uma política de superação com o capitalismo ou mesmo de reversão da dolarização da economia

Nesse contexto, foi eleito Lenín Moreno, então vice-presidente de Rafael Correa. Moreno, embora eleito pela mesma coalizão de Correa, aplicou uma política distinta daquela chamada de "Revolução Cidadã". Moreno afastou o país da política "Sul-Sul", desprezando antigos parceiros latino-americanos para aproximar-se, de forma subordinada, aos EUA, adotando posições como o apoio aos intervencionismos na Venezuela, a entrega de Julian Assange, fundador do WikiLeaks, às autoridades internacionais e a perseguição política ao seu antecessor, Rafael Correa. Moreno também passou a desmontar sistematicamente os avanços sociais e econômicos garantidos pela "Revolução Cidadã", entregando a economia do próprio país ao FMI e adotando políticas que atingiram principalmente as populações mais pobres, estopim da revolta que tomou o Equador em 2019.

Do Outubro Vermelho à continuidade das lutas

O impacto das políticas de Moreno foi desastroso. Em seu governo, que aumentou o lucro dos banqueiros e afundou a nação na miséria e desemprego, a dívida pública saltou de 15 bilhões de dólares para cerca de 70 bilhões.

Em 2019, após anúncio de mais um pacote econômico e a retirada do subsídio aos combustíveis, se iniciou um levante popular. Com gritos de "Fora, Moreno!", uma onda de greves e protestos chegou a cercar o Palácio Presidencial. Moreno e todo alto escalão do poder tiveram que fugir para a cidade de Guayaquil, de onde decretou estado de exceção durante 60 dias. Nesse processo, as mobilizações acabaram esmorecendo, a partir de um acordo entre a Conaie, que dirigia o movimento, e o governo, que atendeu parcialmente algumas reivindicações.

Essa situação convulsiva também foi interrompida pela pandemia, deixando em suspenso as mobilizações em curso. Contudo, a própria Covid-19 impactou a vida dos trabalhadores, afetando as regiões metropolitanas de Quito e Guayaquil, entre outras cidades, em uma crise sanitária com profundos impactos sociais. Não serão facilmente esquecidas as imagens de pessoas morrendo nas casas e sendo abandonadas nas ruas por falta de caixões e vagas em cemitérios.

Os impactos da pandemia se deram já no gover-



Estudantes da Universidad de las Artes na Greve Nacional de 2022

no do banqueiro Guillermo Lasso, que assumiu a presidência em maio de 2021. Lasso derrotou no segundo turno o candidato apoiado por Rafael Correa, Andrés Arauz, e vem aplicando medidas de ataque aos trabalhadores. Diante disso, e com o recuo da pandemia, os trabalhadores voltaram à cena.

Em junho de 2022, houve uma greve nacional convocada pela Conaie com base em reivindicações para lidar com a crise do custo de vida. Embora tenham demonstrado grande força, as mobilizações não conseguiram colocar no centro a luta pela derrubada do governo e a tomada do poder pelos trabalhadores, que, apesar da duríssima repressão, não recuaram em sua mobilização. O resultado da repressão foi o de dezenas de mortos e desaparecidos e de centenas de pessoas presas. Essa brutal repressão tinha o objetivo de esmagar o movimento e foi combinada a

uma forte campanha de desinformação na mídia.

O longo processo de mobilização segue em aberto, avançando e recuando, mas sempre mostrando disposição de luta dos trabalhadores. Contudo, como ficou claro nesses mais de 20 anos de luta, a principal crise enfrentada pelos trabalhadores no Equador passa pela ausência de uma direção que aponte para a revolução e para a tomada do poder. Diante disso, ao não ver realizada suas reivindicações, os trabalhadores se cansam ou mesmo perdem momentaneamente a disposição de luta, que só é retomada meses ou mesmo anos depois. Na atual conjuntura, a Corrente Marxista Internacional (CMI) vem construindo no Equador o embrião de um partido revolucionário, que possa mobilizar os trabalhadores e encabeçar a luta pelo fim do capitalismo e pela construção do socialismo.

